

# EM QUÊ INTERESSA AOS MÉDICOS A QUESTÃO DO COOPERATIVISMO?

*Autores*

Hugo Campos Borges<sup>1</sup>  
Nathércia Jorge Abrão<sup>2</sup>  
Carlos Rafael Velloso de Almeida<sup>3</sup>

*Si a intelligencia, de facto, faltou em Brighthouse, sou de opinião que allí, como em muitas sociedades, foram commetidos muitos erros. Onde faltam as salas de leitura, as bibliothecas e os meios de instrucção, é de esperar-se que não se encontre o operario "intelligente". Este procurará satisfazer as suas aspirações e os seus gostos noutra parte. A experiencia ensina que si a Sociedade cooperativa estabelece precedentemente a sala de instrucção, attrahe fatalmente aquelles que têm necessidade de alimentar o seu espirito. As escolas, as bibliothecas e as salas de leitura de Rochdale, Oldham, Bury e de outras cidades têm unido um numero muito grande de homens que não se teriam associado pela unica ambição do dividendo annual, ainda mesmo, como é natural, sendo esse "retorno" tão apreciado pela maior parte dos trabalhadores e suas familias.*<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

*N*o presente artigo, os autores partem de uma definição e de um breve histórico do cooperativismo no mundo, para abordar a questão das cooperativas no Brasil, chegando à particularidade das cooperativas médicas de trabalho, dentre as quais é apresentada como exemplo uma empresa do ramo cooperativista no município de Juiz de Fora/MG. A seguir, faz-se uma abordagem do mercado de trabalho médico, para desembocar no ensino médico na universidade brasileira, concluindo-se com uma exposição da importância da educação continuada, tanto focada na doutrina cooperativista como na formação científica do profissional.

## UNITERMOS

Cooperativismo, ensino médico, mercado de trabalho.

## DEFINIÇÃO

O cooperativismo é uma doutrina econômica que visa à solução dos problemas sociais por intermédio da formação de comunidades de cooperação em diferentes áreas (consumo, crédito etc.).

Define-se cooperativa (de *cooperação*, do latim *cooperatio*, operar com) como uma sociedade comercial, formada por membros de um determinado grupo social ou econômico, com o objetivo de desenvolver, em benefício comum, uma dada atividade econômica.

São objetivos de uma cooperativa:

- 1) aperfeiçoar a qualidade dos produtos fornecidos;

- 2) reduzir, em benefício de seus membros e mediante o trabalho comum destes, o custo ou o preço da venda de determinados serviços ou produtos.

Chama-se *valor* de uma cooperativa à razão de seus benefícios pelos seus custos.

## VALOR = BENEFÍCIOS/CUSTOS

Classificam-se as cooperativas em: agrícolas, artesanais, de consumo, de crédito, de trabalho ou de mão-de-obra, escolar, habitacional, dentre outras.

Chama-se *cooperado* ou *cooperador* ao membro de uma cooperativa qualquer.

A estrutura econômica de um país é formada pelo *Estado* (primeiro setor), pela *iniciativa privada* (segundo setor) e pelo terceiro setor, constituído por *entidades sem fins lucrativos e não governamentais*, dedicadas à produção de bens e serviços públicos (saúde, educação, atenção ao idoso e à criança etc). As cooperativas constituem-se em grupos do terceiro setor, organizadas em função de sua atividade e buscando defender os interesses comuns de seus sócios.

## BREVE HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO

A experiência cooperativista teve início na França e na Inglaterra, entre 1820 e 1840; inicialmente as cooperativas desempenhavam, além de suas funções econômicas, o papel de sociedade beneficente, de sindicato e de universidade popular. A partir do fim do século XIX, o movimento cooperativista passou a abarcar novos setores: agricultura (1884), comércio varejista (1883-1885), pesca (1913), construção e habitação (1920).

No Brasil, o cooperativismo foi introduzido no final do século XIX, mas só evidenciou maiores progressos de alguns anos para cá, sendo mais marcante nos Estados do sul, principalmente Rio Grande do Sul e São Paulo. O ordenamento jurídico das sociedades cooperativas brasileiras divide-se historicamente em três períodos: a *fase de implantação* (1903-1938); a *fase intervencionista* do Estado (1938-1988); e a *fase autogestionária*, iniciada a partir da Constituição Brasileira de 1988. A Lei 5.764/71, que instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas, incentivou a prática do cooperativismo, apesar da tutela do Estado consagrada por este diploma legal; tal intervenção foi suprimida pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso XVIII.

*... a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independentem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento ...*<sup>2</sup>

Em 1967, surgiu na cidade de Santos/SP a Unimed, primeira cooperativa de trabalho médico, com atuação no segmento de planos de saúde. No Brasil, a assistência médica suplementar está estruturada em quatro tipos. A *medicina de grupo* é formada por empresas que prestam serviços médico-hospitalares por intermédio de recursos próprios ou de terceiros contratados. Já os *sistemas de auto-gestão* podem pertencer a empresas públicas ou privadas, oferecendo atendimento médico-hospi-

1 - Médico Anestesiologista. Diretor Presidente da Unimed Juiz de Fora Cooperativa de Trabalho Médico

2 - Médica Pediatra. Diretora Superintendente da Unimed Juiz de Fora

3 - Médico Psiquiatra. Mestre em Filosofia. Coordenador do Comitê Educativo da Unimed Juiz de Fora

ta- lar apenas para seus funcionários. O *seguro-saúde*, por sua vez, per- mi- te livre escolha de médicos e hospitais pelo reembolso de despesas. Por fim, as *cooperativas médicas* prestam um atendimento semelhante ao das empresas da medicina de grupo, mas são formadas por médicos associados.

#### Planos de saúde em 2000

Tipo	Mercado (em %)	Usuário (em milhões)	Empresas (em milhões)
Medicina de grupo	37,1	18	840
Cooperativas	22,8	11	364
Autogestão pública	24,1	11,7	-
Autogestão privada	4,1	2	55
Seguradoras	11,9	5,8	28

Fonte: Abramge

O Sistema Unimed do Brasil constitui a maior cooperativa médica do mundo. Nele se agregam três tipos diferentes de cooperativas (trabalho médico, crédito e consumidores de assistência médica), juntamente com instituições não cooperativas, tanto umas sem espírito lucrativo como outras com objetivo de lucro. Ele reúne, num complexo com características federativas, empresas cooperativas de diferentes graus (Singulares, Centrais Regionais e Central Nacional).

No município de Juiz de Fora/MG foi criada, no ano de 1973, uma cooperativa Singular ligada ao Sistema Unimed, que vem crescendo ao longo desses anos, sendo hoje a maior empresa de planos de saúde da região.

#### Ano de 2002

Unimed no Brasil	Unimed Juiz de Fora
- 11 milhões de clientes	- 120 mil clientes
- 364 cooperativas médicas	- 1.015 médicos cooperados
- 90 mil médicos cooperados	- 250 funcionários
- 4.900 municípios cobertos	- Cerca de 2.000
- 14 mil funcionários	empregos indiretos
- 72 mil empresas contratantes	- 120 clínicas/hospitais
- 8 mil prestadores de serviços	credenciados
- 3.564 hospitais conveniados	- 2 serviços próprios (SOS
- 57 hospitais próprios	Unimed e Unimed Domiciliar)
- 24,9% da assistência médica privada	

#### O MERCADO DE TRABALHO MÉDICO

A expressão "mercado de trabalho" refere-se à situação da oferta e da procura de mão-de-obra em determinado lugar, região ou país. No Brasil, o panorama do mercado de trabalho médico mostra, em 2000, um grande número de médicos: 14,6 para cada 10 mil habitantes ou, em números absolutos, 244.690 (fonte: Conselho Federal de Medicina). A distribuição destes profissionais é bastante heterogênea. Cerca de 65% do total trabalha nas capitais, por causa da infra-estrutura e dos recursos econômicos ali disponíveis.

Há também um grande acúmulo de emprego: 75,6% dos médicos trabalham em até três lugares, inclusive em consultório próprio, e entre 75 e 90% estão ligados a algum plano de saúde. A renda média mensal declarada é de 2,3 mil reais e a renda média mensal desejada, 7,7 mil reais. Com a significativa redução do espaço para o exercício liberal da medicina, o aviltamento do nível salarial dos profissionais possuidores de vínculo empregatício, o crescimento do quantitativo de médicos no país e o aumento do custo para o exercício da prática (inclusive com gastos relativos a onerosos processos judiciais por erro médico e a "dolarização" dos equipamentos médicos), tornou-se necessária a abertura de novos e melhores mercados.

As empresas operadoras de planos de saúde não primam pela defesa do mercado e da remuneração médica. Assim, a associação pelo cooperativismo aponta, hoje e mais do que nunca, para um caminho possível na defesa do trabalho digno, em condições adequadas de qualidade e

com ganhos compatíveis para o médico.

#### O ENSINO MÉDICO NO BRASIL

Segundo o jornal "O Estado de São Paulo", em reportagem no dia 14 de agosto de 2000, o Ministério da Educação avaliou 79 cursos de Medicina e atribuiu a 20 deles um conceito "insuficiente" em itens como qualificação dos professores, currículos ministrados e instalações físicas oferecidas. A comissão responsável pela avaliação pediu o fechamento de três faculdades e deu prazo de um ano para que outras cinco escolas médicas promovessem as melhorias exigidas. Os alunos das três faculdades cujo fechamento foi requerido obtiveram conceitos *D* e *E* no último "provão".

A Comissão Interinstitucional Nacional de Avaliação do Ensino Médico (Cinaem), formada por diferentes associações médicas e responsável pela elaboração de outro exame técnico para formandos no curso de Medicina, divulgou que, em 1999, a nota média nesse exame específico foi de 5,2. Naquele ano, a nota média no "provão" do MEC foi de 4,9. Esses resultados mostram que os estudantes assimilaram mais ou menos a metade do conhecimento oferecido durante o curso médico.

A formação pedagógica dos professores, que, em muitos casos, não são bem treinados para ensinar e nem pós-graduados em educação, indica uma necessidade de que o ensino de Medicina no Brasil passe por uma reforma curricular.

As providências a serem tomadas depois da constatação das deficiências no ensino médico não podem se limitar ao fechamento das escolas muito ruins, que não proporcionam formação profissional adequada aos médicos recém-formados. É preciso que o MEC estimule o aprimoramento do ensino em todas as escolas de Medicina. Outra medida cabível seria a coibição da abertura indiscriminada de novos cursos de graduação em Medicina, sem os requisitos mínimos necessários a uma boa formação acadêmica e visando muito mais a interesses políticos e comerciais.

Dentro da reforma curricular proposta, caberia estudar a possibilidade de inclusão de uma disciplina voltada para o cooperativismo de trabalho médico. Tal medida se basearia nas seguintes constatações: o significativo crescimento das cooperativas médicas no Brasil; a realidade atual do mercado de trabalho médico; o estudo do cooperativismo como oportunidade para aquisição pelo estudante de Medicina de uma visão humanística, social e econômica na qual ele é muitas vezes deficiente; e também o permanente investimento do cooperativismo médico na educação continuada de seus associados.

#### A EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA

A doutrina social e econômica do cooperativismo impõe-se cada vez mais como uma alternativa ou "terceira via", em vista da falência do modelo soviético do socialismo e das insuperáveis contradições do capitalismo em sua vertente neoliberal. Por outro lado, a gestão das cooperativas apresenta desafios peculiares a este tipo de organização. Obviamente, é muito mais simples administrar uma empresa capitalista, com decisões centralizadas e onde não se precisa recorrer o tempo todo a consultas e negociações, próprias das instituições mais democráticas. Assim, é preciso que as cooperativas em geral, e especialmente as cooperativas médicas, apresentem um valioso diferencial em relação à sua concorrência, sob pena de não prosperarem e de terminarem por sair do mercado. O Sistema Unimed vem, de alguns anos para cá, acumulando uma grande experiência em trabalhos de educação cooperativista, que visam a tornar os seus sócios conscientes da doutrina do cooperativismo, aproximando-os cada vez mais do negócio e levando-os a zelar pela sua prosperidade. É fundamental também investir na formação de lideranças capazes de assumir futuramente os rumos das empresas. Tudo isto caracteriza a educação cooperativista, centralizada em órgãos denominados "comitês educativos", como um instrumento fundamental para a sobrevivência e expansão do sistema, além de se constituir num fator de diferenciação no mercado face à concorrência; donde se conclui que, ao se optar pelo cooperativismo, opta-se também pela educação.

O 5º princípio da "Declaração da Aliança Cooperativista Internacional", elaborada na cidade inglesa de Manchester, em 1995, bem demonstra a fundamental importância, para a doutrina cooperativista, dos investimentos em educação, seja para os sócios, dirigentes, colaboradores, usuários ou comunidade em geral.

*As cooperativas oferecem educação e treinamento para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários; assim eles podem contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Eles informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.<sup>8</sup>*

Dentro do viés educativo, talvez o foco de maior atratividade para o médico seja a educação científica. Carente muitas vezes de oportunidades, tempo e recursos materiais para investir em aperfeiçoamento profissional, o médico vê-se continuamente "assombrado" pelo fantasma da desatualização. Desta forma, ele sentirá como altamente convidativa a oportunidade de aderir a uma cooperativa que lhe ofereça a chance de continuar a aprender o seu mister. Além disto, um cooperado tecnicamente bem preparado agrega valor ao sistema ao qual pertence, ao oferecer aos usuários assistência de qualidade e ao poupar custos com consultas, exames e procedimentos desnecessários e não fundamentados em uma Medicina baseada em evidências.

#### CONCLUSÃO

O cooperativismo nasce da educação e a educação nasce do cooperativismo. Apesar da existência, desde tempos imemoriais, de organizações assemelhadas a cooperativas, como as corporações de ofício medievais, o cooperativismo em sua expressão atual só pôde vir à luz em meados do século XIX, quando os avanços do capitalismo em sua primitiva feição liberal inglesa propiciaram um terreno fértil para uma certa disseminação educacional. Mas, uma vez nascido da educação, o cooperativismo necessita do terreno fértil dessa mesma educação para prosperar. O investimento educacional é uma verdadeira necessidade vital para esta doutrina social e econômica. A questão sobre o interesse dos médicos pelo cooperativismo, que dá título a este artigo, pode ser substituída por uma outra, a saber, por que interessa a uma cooperativa médica patrocinar uma revista científica editada por um centro de estudos de um hospital universitário. Os autores acreditam que a argumentação acima desenvolvida responde suficientemente a estas perguntas, ao principiar pelas definições necessárias ao entendimento da doutrina e da cultura cooperativista, passando pelo resgate da história das cooperativas em geral e de trabalho médico no mundo e no Brasil, analisando brevemente a situação atual do mercado de trabalho e do ensino médico no país, para demonstrar de forma cabal o benefício da educação cooperativista para o aperfeiçoamento científico dos médicos.

A história da humanidade está indelevelmente marcada pelos nomes daqueles que souberam promover mudanças de paradigmas que resultaram em saltos rumo ao progresso. Os autores concluem declarando sua convicção em que o cooperativismo médico no Brasil, pelo viés de

suas ações educativas, terminará por consolidar um modelo que ultrapassará os simples limites de uma ação corporativa, rumo à implantação de uma verdadeira alternativa social.

◆◆◆

#### SUMMARY

##### THE SUBJECT OF COOPERATION: DOES IT INTEREST THE DOCTORS?

*The authors find to demonstrate in this article as the social and economical doctrine of the cooperation, and especially the educational actions of the medical cooperation in Brazil, can represent an important way for the solution of serious problems related to the job market and to the medical teaching of this country.*

#### KEY WORDS

*Cooperation, medical education, job market.*

#### BIBLIOGRAFIA

- 1 - Almanaque Abril 2001. São Paulo: Abril, 2001. 2 vols.
- 2 - Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. 27ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2001. 331 p.
- 3 - HOLYOAKE, G. J. Os 28 tecelões de Rochdale. 4ª Edição. Porto Alegre: WS Editor, 2001. 95 p.
- 4 - IRION, João E. Cooperativismo e economia social. São Paulo: STS, 1997. 343 p.
- 5 - MAY, Nilson Luiz (Coord.). Compêndio de cooperativismo Unimed. Porto Alegre: WS Editor, 1998. 287 p.
- 6 - OLIVEIRA, Nestor B. de. DEVES, Leopoldo da S. Cooperativismo: guia prático. 2ª Edição. Porto Alegre: s.e., 1984. 302 p.
- 7 - PEREIRA, Flávia R. B. TOTINI, Maria E. (Resp.) Memorial Unimed 25 anos. São Paulo: Cartaz Editorial, 1992. 3 vols.
- 8 - SEIBEL, Ivan (Org.). Educação cooperativista: implantação na Singular. Porto Alegre: WS Editor, 2001. 189 p.